

A ICLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NO AMBIENTE ESCOLA.¹

Angela Soeli Bianchi Kmecik²

Cristiane Santos Silva³

Morais, Deloir José de⁴

RESUMO

Este artigo trata de analisar com se dá o processo de inclusão dos alunos autista no ambiente escolar, foi desenvolvido através de pesquisas onde haverá uma análise como se posiciona as políticas públicas nesse processo de inclusão dessas crianças especiais na escola, sobre o aprendizado, suas adaptações e seu convívio com os colegas e professores. Pois o trabalho com os autistas tem sido pouco explorado na sociedade e precisa de informações para o auxílio dos professores nesse processo. Os autistas fazem parte do grupo de pessoas portadoras de deficiência exigindo uma educação especial e inclusiva para se desenvolver. Amparados por teóricos como: Orrú, Kanner, Belisário Filho, Mantoan e outros, que possuem argumentos importantes para que essas crianças precisem entrar no ensino regular e aprender viver em sociedade, e quanto mais cedo mais fácil ser seu processo de adaptação. O foco principal deste trabalho é proporcionar informações claras e objetivas acerca do autismo. Mediante pesquisas, observa-se que a maioria dos professores não possui conhecimento suficiente e adequado para lidar com esses alunos especiais.

Palavras chave: Crianças. Autismo. Inclusão. Profissionais. Políticas Públicas.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo ressaltar como se dá o processo de inclusão dos alunos autista no âmbito escolar, pois integrar essas crianças deve fazer parte dos planos educacionais de educação para todos.

Assim, o estudo mostra que o autismo é um transtorno de desenvolvimento que aparece nos três primeiros anos de vida, afeta o desenvolvimento normal do cérebro relacionado às habilidades sociais e de comunicação.

Portanto, as políticas educacionais em todos os níveis devem informar que as crianças portadoras de necessidades especiais devem frequentar uma escola, onde todos os alunos devem estar juntos aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação.

¹ Artigo apresentado para o Instituto Educacional Sem Fronteiras, como requisito parcial para obtenção do título de especialista em Educação Especial.

² Graduada em Pedagogia e Especialista em Educação Especial.

³ Graduada em Pedagogia e Especialista em Educação Especial.

⁴ Orientador pelo Instituto Educacional Sem Fronteiras e Faculdades Integradas de Cuiabá.

Desse modo são reconhecidas inúmeras dificuldades enfrentadas nos sistema de ensino, tanto por parte dos professores, como pelos pais e escola, por isso, ainda há muito a ser mudado, tanto para a prática pedagógica, como materiais e cursos profissionalizantes.

Por isso, a educação inclusiva é uma educação para todos, do ponto de vista de DYSON, 2001, p.150 apud SÁNCHEZ, (2005, p.13).

[...] O desenvolvimento de escolas inclusivas - escolas capazes de educar a todas as crianças- não é portanto unicamente uma forma de assegurar o respeito dos direitos das crianças com deficiências de forma que tenham acesso a um ou outro tipo de escola, senão que constitui uma estratégia essencial para garantir que uma ampla gama de grupos tenha acesso a qualquer forma de escolaridade.

De acordo com autor a educação para todos não é só inserir crianças especiais em sala de ensino regular, estratégias devem ser criada para que essa criança tenha um ensino de qualidade.

Para alcançar os objetivos proposto usou-se como recursos a pesquisa bibliográfica realizada a partir de textos publicados e artigos científicos divulgados por meio eletrônico.

O texto foi fundamentado nas idéias dos autores: Orrú (2011), Kanner (1943), Mantoan (2000), Segundo Belisário Filho (2010).

2. A HISTÓRIA DO AUTISMO

A criança com autismo se manifesta até 3 anos de idade, atingindo então numa média de 0,6 % da população, a sua linguagem concebe de forma tardia. De acordo Gilberg (1990, p.112), o autismo é “uma síndrome comportamental com etipologias múltiplas e curso de distúrbio de desenvolvimento”.

De acordo com a pesquisa o autismo não foi caracterizado como doença mais sim um comportamento sistemático apresentado na criança.

Na visão de Orrú, (2011, p.30):

[...] O autismo é uma síndrome comportamental que engloba comprometimento nas áreas relacionadas à comunicação, quer seja verbal ou não verbal, na interpessoal idade, em ações simbólicas, no comportamento geral e no distúrbio do desenvolvimento neuropsicológico.

Pelo que explica Orrú (2011, p. 34):

[...] Muitas das alterações apresentadas por crianças autistas ocorrem em razão da falta de reciprocidade e compreensão na comunicação, afetando, além da parte verbal, as condutas simbólicas que dão significado às interpretações das circunstâncias socialmente vividas, dos sinais sociais e das emoções nas relações interpessoais.

Sendo assim, de acordo com autor umas das características da síndrome do autismo é a dificuldade que eles têm em interagir com as pessoas, e assim acabam se isolando, e quando não é trabalhado esse comportamento na escola pode ocorrer uma grande perda para o aprendizado do aluno, uma vez que se a família não envolver essa criança em seu convívio, pode ocorrer que eles não vão se relacionar com a sociedade.

Nesta perspectiva, foi em 1943 que teve o início da definição do autismo pelo pesquisador Kanner, onde ele identificou um grupo de 11 crianças que tinha o comportamento marcado pelo isolamento social. Portanto Kanner (1943, p. 5) apresenta algumas características de criança autista:

[...] Incapacidade de relacionamento com os outros, falha no uso da linguagem, desejo obsessivo de manter as coisas da mesma maneira, ansiedade (tinham medos desapropriado de coisas comuns), excitação fácil com determinados objetos ou tópicos.

Portanto, os primeiros critérios de diagnóstico tiveram uma definição em 1980 no “*diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM-III)*”, onde esses critérios da atualidade (DSM-IV-TR) tiveram como definição a Perturbação do Espectro do Autismo como uma Perturbação Global do Desenvolvimento, sendo afetados três processos: a interação social, comunicação e o comportamento.

Desse modo, inserir o autista na sala de aula é a melhor forma de estimular as capacidades do portador. Sendo assim as outras crianças da turma aprendem a lidar com a diferença e tornam-se adultos com menos preconceitos.

Devemos lembrar também o que é definido na Constituição, todo cidadão tem direito à saúde e educação. Com tudo, as reações aparentemente desconexas que os autistas representam também é uma das muitas dificuldades que os educadores, pais e familiares encontram para inserir o autista em sala de aula.

Segundo Belisário Filho (2010, p.8)

Quando pensamos em criança autista na escola, não estamos excluindo que ela tenha atendimento educacional especializado. Como toda criança autista vê seus irmãos, primos e vizinhos irem para a escola, para eles não

irem para a escola é uma forma de comprometer o desenvolvimento social deles.

Assim, proporcionar às crianças autistas oportunidades de conviver com outras da mesma faixa etária, possibilita o estímulo às suas capacidades interativas, impedindo o isolamento contínuo. As habilidades sociais são possíveis de serem adquiridas pelas trocas que acontecem no processo de aprendizagem típico fornecem entre outros aspectos, modelos de interação para as crianças com autismo, ainda que a compreensão social destas últimas seja difícil.

A convivência compartilhada da criança com autismo na escola, a partir da sua inclusão no ensino comum, torna possíveis os contatos sociais e favorece não só o seu desenvolvimento, mas o das outras crianças, na medida em que as últimas convivam e aprendam com as diferenças.

Conforme Silva (2009 apud Baptista, 2002 p.34).

[...] A possibilidade de inclusão de crianças deficientes ainda está associada àquelas que não implicam uma forte reestruturação e adaptação da escola. Apontando a necessidade de orientação aos professores, é a falta de conhecimento a respeito dos transtornos autísticos que os impede de identificar corretamente as necessidades de seus alunos com autismo.

Muitos educadores resistem a este trabalho por não estar preparado com situações de agressividade do aluno, aliás, um aspecto que não é necessariamente característico desta condição, mas dessa forma os estudos mostram que professores fazem ideias distorcidas sobre o assunto, principalmente em relação à comunicação, portanto os professores de um modo geral apresentam ansiedade e conflitos ao lidar com o diferente.

Tal estratégia era utilizada mais como uma tentativa de dominar a própria ansiedade do que como uma prática pedagógica, calçada nas necessidades do aluno.

Nesse sentido, a atuação junto ao professor é fundamental para que a inclusão escolar aconteça de forma satisfatória.

Quando não há ambiente apropriado e condições adequadas à inclusão, a possibilidade de ganhos no desenvolvimento cede lugar ao prejuízo para todas as crianças.

Diante de uma inclusão adequada, mesmo que uma criança apresente deficiências cognitivas importantes é sanar as dificuldades em relação aos conteúdos do currículo da educação comum, como pode ser o caso do autismo, ela pode beneficiar-se das experiências sociais.

Portanto, o aprendizado de coisas simples do dia-a-dia, como, conhecer-se e estabelecer relações pode torná-las mais autônomos e independentes, podendo conquistar seu lugar na família, na escola e na sociedade.

Assim, são inúmeras as crianças que já estão recebendo atendimento especializado promovido pela Associação de Pais e Amigos – ABRA (Associação Brasileira de Autismo) ASTECA (Associação Terapêutica Educacional para Crianças Autistas) e AMA (Associação de Pais e Amigos do Autista).

Por outro lado, essas associações ajudam o professor a trabalhar na sala de aula regular dando o apoio pedagógico necessário. Existem muitas coisas que podem ser feitas pelo autista, a principal é acreditar que ele tem potencial para aprender.

Dessa forma a escola, não inclui apenas alunos com necessidades educacionais especiais, inclui sonhos, ideais e afetos. Conforme Mantoan (200 p. 55,60),

[...] incluir não é simplesmente inserir uma pessoa na sua comunidade e nos ambientes destinados à sua educação, saúde, lazer, trabalho. Incluir implica acolher a todos os membros de um dado grupo, independente de suas peculiaridades, é considerar que as pessoas são seres únicos, diferentes uns dos outros e, portanto, sem condições de serem categorizados.

No entanto, a criança com autismo é capaz de aprender como as outras crianças, entretanto, fazem se necessárias à utilização de técnicas e intervenções que facilitem esse processo, considerando as características e especificidades do modo de ser e estar no mundo dessa criança.

Acrescenta-se também que o quadro do autismo apresenta prejuízo no seu desenvolvimento, interação social e da sua comunicação, de acordo com Taveira (2011, p.51): [...] as três áreas que aluno pode apresentar variações e diferentes de manifestações é área de interação social, área da comunicação e área do comportamento, de interesses repetitivos e estereotipados.

Por isso não temos condições de afirmar o quanto uma criança pode ou não pode aprender. O importante é que os professores entendam que existem diferenças individuais entre quaisquer crianças, existem preferências e ritmos de aprendizagem.

Portanto, Taveira, (2011, p. 34 - 36) apresenta algumas características no processo de ensino e aprendizagem da criança, afirmando que:

- ✓ Apresenta dificuldade em iniciar e manter uma conversação;
- ✓ Inicialmente podem apresentar aversão ao toque e isolamento;
- ✓ Podem evitar o contato visual;
- ✓ Mantêm pouca atenção às pessoas, aparecem ignorar o outro e podem expressar-se de forma incomum;
- ✓ Comportamento não verbais de iniciação e manutenção de contato;
- ✓ Podem se utilizar dos adultos como ferramentas para pegar objetos, abrir portas e outras situações intencionais;

Dessa forma as dificuldades em compreender a linguagem é muito grande, deixando muitas vezes de compreender uma pergunta até mesmo uma piada, a imaginação não existe na vida do autista, sendo o interesse apresentados por eles são as rotinas ou rituais não funcionais e movimentos estereotipados, como bater palmas, movimentos com a cabeça, estralar dos dedos. Apresentam preocupações com botões e partes do corpo, e sempre ficam encantados com o movimento dos objetos, como rodinhas dos brinquedos dos ventiladores e outros.

Acrescenta-se também que a criança com autismo não aceita de forma natural as mudanças e muitos não gosta de ser contrariado, dessa forma muitos professores usam estratégias pedagógicas para evitar os atritos, e uma delas é mostrar para o aluno que existe uma forma de fazer diferente, e aos poucos à aceitação do “não” vai ficando mais fácil.

No entanto com o passar do tempo o “não” pra ele vai significar que ele pode fazer diferente, e isso pode ser aplicado até no ambiente familiar, onde a melhor maneira de dizer um “não” é mostrar a ele que existe um caminho melhor.

2.1 A Evolução da Educação Especial no Brasil

De acordo com a atual pesquisa a educação especial no Brasil se iniciou no século XIX, onde na cidade do Rio de Janeiro foi criando o instituto de surdo-mudo, então só os deficientes mentais eram atendidos em hospitais.

Porém, no Brasil República os deficientes eram considerados seres incapazes e sem acesso a educação, e foi nesse período que encontraram os primeiros registros de internações psiquiátrica para deficientes mentais.

A partir daí no rio de janeiro em 1924 começou a surgir várias entidades privadas e filantrópicas- assistencialista. Segundo Bueno (1993, p. 90):

[...] Quase a totalidade dessas instituições, na maior parte das vezes ligadas a ordem religiosa, revestia-se de caráter filantrópico-assistencialista contribuindo para que a deficiência permanecesse no âmbito da caridade pública e impedindo, assim as suas necessidades se incorporassem no rol dos direitos de cidadania.

Segundo o autor, as crianças especiais não recebiam educação, que o estado ou municípios não tenham responsabilidade por os mesmos, sendo que esses indivíduos recebiam cuidados pelas as identidades ligados a questões religiosas.

Assim, em 1994 de acordo com a Declaração de Salamanca proclama que (Brasil, 2006, p.330):

[...] As escolas regulares com orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias e que alunos com necessidades educacionais especiais devem ter acesso a escola regular, tendo como princípio orientador que as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras.

Dessa forma, a conceito de necessidades educacionais, passa a ser amplamente disseminado a partir dessa Declaração, sendo que nela são ressaltadas as características individuais dos alunos com o ambiente educacional.

Nesta perspectiva da educação inclusiva, a educação especial se integra a proposta pedagógica do ensino regular, fazendo com que as crianças tenham um atendimento às necessidades educacionais, promovendo meios de integrar esses alunos em sala de aula.

Por isso em 2007 foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), tendo como eixo principal a formação de professores para educação especial, onde foi implantado nas escolas: salas de recursos multifuncionais, acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, a permanência das pessoas com deficiência na educação superior.

De acordo com o documento do MEC, Plano de Desenvolvimento da Educação: razões princípios e programas são reafirmados a visão, onde a uma superação a oposição entre ensino regular e educação especial (2007, p. 09):

[...] Contrariando a concepção sistêmica da transversalidade da educação especial nos diferentes níveis, etapas e modalidades de ensino, a educação não se estruturou na perspectiva da inclusão e do atendimento às necessidades educacionais especiais, limitando o cumprimento do princípio constitucional que prevê a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e a continuidade nos níveis mais elevados de ensino.

Assim, o os sistemas de ensino têm o dever de fornecer espaço para o atendimento especial, e proporcionar recursos pedagógicos e possa favorecer a aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma que aja atendimento educacional a todos os alunos.

O processo de inclusão de crianças especiais começou na segunda metade do século XX, e nesse processo de inclusão no ano de 1980 ficaram visíveis as interações entre professor e alunos, pois os especiais tinham menos oportunidades que os alunos do ensino regular.

Dessa forma foram surgindo muitas críticas a esses modelos educacionais de inclusão, pois as adaptações desses alunos dependiam muito dos progressos dos discentes, e eram necessárias muitas mudanças nas práticas escolares, e só através dessas mudanças e que ocorreria a inclusão desses alunos no ambiente escolar.

2.2 A Importância em se formar educadores

Para que haja melhorias no processo de ensino e aprendizagem é muito importante a formação profissional da educação, pois essas formações ajudam enfrentamos diferentes situações que aparecem na tarefa de educar.

Segundo Xavier (2002 p. 19):

A construção da competência do professor para responder com qualidade às necessidades educacionais especiais de seus alunos em uma escola inclusiva, pela mediação da ética, responde à necessidade social e histórica de superação das práticas pedagógicas que discriminam, segregam e excluem, e, ao mesmo tempo, configura, na ação educativa, o vetor de transformação social para a equidade, a solidariedade, a cidadania.

Por isso, a formação deve ser um processo contínuo, sendo fundamental considerar e valorizar do saber de todos os profissionais da educação no processo de inclusão, onde não se trata apenas de incluir alunos nas escolas, mais saber ensinar e realizar um processo de integrar esses alunos num ambiente próprio para que ele se desenvolva.

Na visão de Glat & Nogueira (2002, p. 25).

[...] Se a pretensão é „garantir educação para todos, independente de suas especificidades“, deve-se assegurar a oferta que possibilite aos professores analisar, acompanhar e contribuir para o aprimoramento dos processos regulares de escolarização, no sentido de que possam dar conta das mais diversas diferenças existentes entre seus alunos.

Assim, o sistema educativo deve estar comprometido na formação dos docentes, onde eles possam ser capazes de elaborar e aplicar suas próprias proposta de ensino, criando novas atividades e até a adaptação de matérias pedagógicas, para que assim eles possam ter um conhecimento sobre como o aluno aprende, e qual melhor modo de ensinar.

Além disso, nem todo aluno aprende igual o outro, por exemplo, se um aluno autista aprende de um jeito, possivelmente o outro vai ter outro jeito de aprender, por isso o professor deve levar em considerações a individualidade do aluno na hora de realizar o planejamento.

Para Prietro (2002, p. 60):

Todo plano de formação deve servir para que os professores se tornem aptos ao ensino de toda a demanda escolar. Dessa forma, seu conhecimento deve ultrapassar a aceitação de que a classe comum é, para os alunos com necessidades educacionais especiais, um mero espaço de socialização.

A propósito as crianças portadoras de necessidades especiais não vão à escola apenas para se socializar, mais para aprender e se desenvolve, mais hoje ainda existem crianças em sala de aula que estão lá por estar, onde nenhum trabalho diferente é feito por essa criança, o professor não se esforça nem um pouco em fazer adaptações, e incluir esses aluno nas atividades da sala, por isso muito desse conhecimento estão só no papel, a realidades e bem diferente.

De acordo com Glat & Nogueira (2002, p.27):

[...] As políticas públicas para a inclusão devem ser concretizadas na forma de programas de capacitação e acompanhamento contínuo, que orientem o trabalho docente na perspectiva da diminuição gradativa da exclusão

escolar, o que visa beneficiar não apenas os alunos com necessidades especiais, mas, de uma forma geral, a educação escolar como um todo.

Portanto, sabemos que um professor sozinho pouco pode fazer diante da complexidade de inclusão, por isso é importante a constituição de uma equipe interdisciplinar, que permite pensar no trabalho educativo desde os diversos campos do conhecimento, sendo fundamental compor uma prática inclusiva com todo suporte educacional, tendo apoio de uma equipe pedagógica, e esse apoio seja desde início, não só no momento em que o professor se esgota seus artifícios e pede ajuda a escola.

Além da formação profissional, os educadores apontam mais obstáculo, pois além de ter um grande número de alunos em sala, tem a falta de recurso para sustentar a prática educativa, assim se houvesse nas salas números menores de alunos com certeza seria mais acolhedor, dando possibilidade de realizar um trabalho mais cuidadoso, por isso se querem mesmo incluir esses alunos e necessárias muitas mudanças nas políticas educacionais.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, destaca-se a necessidade de compreender a importância de inserir o autista no ambiente escolar, pois nós, profissionais da educação, devemos conhecer suas especificidades e estimular suas habilidades, levando o aluno não só à socialização, mas a aprender significativamente.

Entretanto, a pesquisa mostra que o Autismo é um tema muito complexo em nossa sociedade, pois na visão dos educadores os autistas são pessoas difíceis de trabalhar e desenvolver, apresentando inúmeras dificuldades em seus comportamentos, e para isso, é necessário o desenvolvimento de estratégias em suas limitações.

No entanto, há falta de incentivo das autoridades com relação aos profissionais capacitados e habilitados para atuarem com esse alunado e como consequência, vemos o buraco existente na vida de autistas e de seus familiares que se veem presos nessa situação.

Nesta perspectiva, a inclusão social deixa de ser uma preocupação apenas dos governantes, mas de uma sociedade em geral, pois os estudos mostram a

capacidades que essas crianças tem em aprender, e não deve apenas jogá-las em sala de aula, mais dar suporte pedagógico para que o professor possa desenvolver uma bom trabalho, com a de incluir esses alunos no ensino regular.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CUNHA, Eugênio. **Autismo na escola**. Editora Wak. 4º edição. Rio de Janeiro – 1016.

LIMA, Claudia Bandeira de. **Perturbações do Autista: Manual Prático de intervenção**. Copyright – Fevereiro de 2012. Lidel – Edições Técnicas, Lda.

FILHO, Belisário José Ferreira. **Inclusão: Revista Educação Especial**. Brasileira, v.5, nº1, p-4-11.

FREITAS, Lia Beatriz de Lucca. PAULON, Simone Beatriz de Lucca. PINHO. Gerson Smiech. **Educação Inclusiva**. Brasília, 2007. Secretaria de educação especial.

KANNER, **Earle Infantile Autism Revisited**. In Childhood Pstchosis: initial studies and new insights, edited by V.H Wiston & Sons, pp.137-141.1973.

MARTINS, ELIS REGINA PETRY. **AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**, SÃO JOSÉ 2011. Acessado em: <http://usj.edu.br/wp-content/uploads/2015/08/tcc-Elis-Regina-Petry-Martins.pdf>. Data 27/11/2016.

Ministério da Educação secretaria de Educação especial. **Marcos Políticos-Legais da Educação Especial na Perspectiva Da Educação Inclusiva**. Brasília. 2010.

MEC. **Programa de Educação Inclusiva: Direito á Diversidade**. Vol.1-Fundamentação Filosófica-Brasileira, 2004.

VAGULA, Edilaine. VEDOATO, Sandra Cristina Malzinoti. **Educação Inclusiva e língua brasileira de sinais**. Londrina:, 2014. 208 P.